

Opção para o futuro

LEO WALLACE COCHRANE JR.

Nesse limiar de uma nova década, o Brasil cumpre uma etapa importante de seu processo de transição democrática, com a eleição e a posse do presidente da República. Todos sabemos que não se esgota aí a conquista da democracia. Em especial, reconhecemos que não existe um regime democrático a longo prazo sem crescimento econômico e uma razoável estabilidade monetária, exatamente duas condições que nos têm faltado nos anos recentes.

É nesse momento crítico de transição política e econômica que convém fazer uma reflexão sobre o futuro do Brasil. Se olharmos para trás, veremos que o desempenho da economia brasileira até o início dos anos 80 foi brilhante. O País cresceu, a partir dos anos 50, a uma taxa média de 7% ao ano, expandiu e diversificou suas exportações, modernizou sua economia e a própria sociedade, criou uma base industrial e financeira ampla e competitiva, recebeu continuamente o afluxo de capital estrangeiro, manteve uma agricultura competitiva. A própria crise do período 1981-83 derivou do ajuste de balanço de pagamentos (realizado com sucesso em três anos), e já em 1984 a economia voltava a crescer. É certo que havia um problema inflacionário grave (uma taxa de 220% ao ano), mas que poderia ser gradualmente equacionado com o uso de políticas fiscal e monetária corretas.

Entretanto, temos visto nos últimos quatro anos o Brasil engrossar o coro dos desesperados (ao lado de tantos de seus vizinhos latino-americanos). A economia não cresce, o capital estrangeiro está fugindo, vivemos à beira da hiperinflação, a taxa líquida de investimentos (descontada a depreciação) é quase nula, a dívida

Uma agenda mínima para um programa de governo

externa volta a ser o antigo fantasma. Mais do que isso, o cidadão está pessimista quanto ao futuro, as organizações políticas e sociais se perdem em conflitos estereis e a Nação esqueceu-se de como crescer.

Não acreditamos que esse quadro desolador seja um paradigma para o nosso futuro. Ao contrário, ele deve ser interpretado como uma das manifestações mais visíveis do intenso e completo processo de transformação política e social que foi posto em marcha com a redemocratização, e que certamente levará ainda anos para encontrar os melhores caminhos. O imobilismo político atual e a ausência de um projeto nacional que empolgue a Nação em torno de objetivos comuns podem ser creditados ao estado de perplexidade que caracteriza esses períodos de transformação.

No entanto, todos sabem que precisamos urgentemente de um programa de governo, se quisermos

mos sair do atoleiro atual, centrado em torno de uma agenda mínima que deve incluir:

- a) a resolução do binômio déficit público-inflação;
- b) novas formas de inserção do Brasil na economia internacional (nas áreas de comércio e de capitais);
- c) um aumento brutal da eficiência da máquina burocrática estatal, particularmente nos setores sociais básicos, como educação, saúde, previdência social.

Acreditamos que, hoje, qualquer plano de governo deve ser avaliado pela medida em que propuser, de forma concreta, soluções consistentes para o quadro caótico das finanças públicas. Sem um profundo saneamento do setor público, qualquer outra meta de governo estará comprometida pela falta de recursos e pela instabilidade macroeconômica crônica gerada pelo governo. A retomada do crescimento econômico, essencial para a resolução dos conflitos sociais brasileiros, coloca-se na dependência dessa reforma do setor público. A partir daí, poderemos pensar com objetividade nas novas formas de participação brasileira nos fluxos internacionais de bens e de capitais, dentro de um quadro de intensas transformações tecnológicas e de crescente integração da economia mundial.

□ Léo Wallace Cochrane Júnior, presidente da FEBRABAN/FENABAN, e vice-presidente do Banco Noroeste S.A.